

BIOPOLÍTICA SOB A PERSPECTIVA DO TRABALHO DE MULHERES CAMPONESAS

Neusa Schnorrenberger¹

Rosângela Angelin²

RESUMO

As relações biopolíticas opressoras patriarcais, transfiguradas em práticas de biopoder têm menosprezado e/ou invisibilizado o trabalho das mulheres, sendo esse processo mais intenso nos espaços rurais. A partir de um estudo teórico e bibliográfico e de uma abordagem dedutiva, o estudo procura localizar aspectos da cultura patriarcal transformados em relações de poder, afim de desnaturalizar estereótipos e visibilizar o trabalho feminino na agricultura. Assim, contatou-se o forte poder da cultura patriarcal na tentativa de fixar identidades femininas e, a partir delas, habitar o *zoé* feminino, o que ocorre mais intensamente no meio rural. Através de movimentos sociais, as mulheres camponesas conquistaram, juridicamente, o reconhecimento de seu trabalho, ensejando em direitos de cidadania. Porém, a mudança precisa também acontecer no âmbito cultural, deixando para o passado a condição *zoé*.

Palavras-Chave: Biopolítica; Mulheres Camponesas; Movimentos de Mulheres no Campo; Vida Nua.

INTRODUÇÃO

*É pelo trabalho que a mulher vem diminuindo
a distância que a separava do homem,
somente o trabalho poderá garantir-lhe uma independência concreta.*
Simone de Beauvoir

Simone de Beauvoir (1968), quanto realiza a afirmação, acima, se refere ao trabalho feminino reconhecido socialmente, fazendo uma denúncia, em sua obra, ao trabalho feminino destinado às mulheres no espaço privado, ou seja, as obrigações domésticas, que se caracterizam como um trabalho não remunerado e, invisível. Embora tenha havido muitos avanços, infelizmente, este cenário da divisão sexual do trabalho e do trabalho estereotipado perdura na atualidade, através de nuances mais modernas que, sobretudo, acabam se materializando na invisibilidade e na sobrecarga de trabalho para as mulheres.

¹ Mestranda em Direito no PPGD - Mestrado e Doutorado pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), *Campus* Santo Ângelo-RS. Integrante do Grupo de Pesquisa CNPQ *Direitos de Minorias, Movimentos Sociais e Políticas Públicas*. Bolsista CAPES. Advogada. E-mail: asuensch@hotmail.com

² Pós-Doutora (Faculdades EST). Doutora em Direito (Universidade de Osnabrueck -Alemanha). Docente da Graduação e do PPGD - Doutorado e Mestrado da (URI), *Campus* Santo Ângelo/RS. Líder do Grupo de Pesquisa (CNPQ) *Direitos de Minorias, Movimentos Sociais e Políticas Públicas*. E-mail: rosangelaangelin@yahoo.com.br

Estudos recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) anunciam que as mulheres trabalham mais, estudam mais e ganham menos que os homens (BRASIL. IBGE, 2018), revelando a biopolítica vigente, a partir de práticas de biopoder que também são locais. É nessa perspectiva que a pesquisa em questão analisa o trabalho das mulheres camponesas, vislumbrando desdobramentos da vida nua dessas mulheres no seu ambiente cotidiano de trabalho, buscando compreender como o biopoder naturaliza, subjugada e invisibiliza o trabalho delas.

Para melhor orientar esse estudo, o artigo assenta-se no estudo teórico e exploratório através da pesquisa documental e bibliográfica, estando ele embasado no método de abordagem dedutivo. Assim, serão realizadas duas abordagens específicas: em um primeiro momento, busca-se refletir sobre a *naturalização* de estereótipos dos corpos femininos, a fim de se perceber como ocorreu e ocorre o reconhecimento dos corpos das mulheres na sociedade, para, num segundo momento, demonstrar o contexto de vida e trabalho das mulheres camponesas e como suas identidades campesinas vão sendo forjadas neste cenário patriarcal.

1 DESVELANDO A VIDA NUA DAS IDENTIDADES FEMININAS

Foucault ao referir-se a biopolítica afirma essa é oriunda de processos de subjetivação da cultura patriarcal, na qual pessoas do sexo masculino detinham o poder de vida e morte de quem a eles estavam subordinados. Assim, fica evidenciada a figura de quem está no poder, como alguém que irá ditar a forma como as relações humanas e de poder serão firmadas. Nesse sentido, o autor pondera que “O corpo é a superfície de inscrições dos acontecimentos” (FOUCAULT, 2012). Isso remete ao entendimento de que os corpos possuem geografia e território singular, possibilitando que eles se socializem e inter-relacionem, forjando identidades (STROHER, 2006, p. 107).

É nessa perspectiva que o lugar das mulheres tem sido determinado pela cultura patriarcal e, por conseguinte, criado estereótipos e *naturalizados* os papéis das mulheres na sociedade, entre eles, o que se refere ao trabalho, influenciando e determinando o processo de construção de identidades. A filósofa feminista francesa, Simone de Beauvoir (1968), em sua obra *O Segundo Sexo*, faz a conhecida afirmação de que não se nasce mulher, mas torna-se mulher, denunciando a naturalização da condição feminina e anunciando a flexibilidade e mutabilidade das identidades, pois essas são construções culturais, que não podem ser baseadas e justificadas através do argumento biologizante dos corpos femininos.

A relação das funções dos corpos das mulheres como o meio ambiente natural rendeu um dos mais fortes argumentos para a naturalização da opressão. Então, vincular o olhar sobre o discorrer da história das mulheres implica na compreensão da relação desta com o meio ambiente natural, em seus diferentes aspectos - a natureza é vista como espaço de experiências e de manutenção da vida, ou seja, é auferida uma afinidade natureza/mulheres, empregada como a justificativa biológica para ser usada nas relações de poder e opressão, pois a mulher também gera a vida e alimenta essa vida. É de interesse observar que as mulheres têm e, ao mesmo tempo desenvolveram, pontos de encontro com a natureza, o que decorre de variados fatores, entre os quais – o cuidado com a vida, a pouco mencionado. Ademais o que deve estar presente como uma linha que norteia essa análise voltada para a desnaturalização dos papéis femininos, é um cuidado diante da não relativização e universalização da relação entre as mulheres e natureza, para que não se incorra em erro de naturalização das identidades femininas em uma visão determinista. As identidades não são estáveis, podendo ser eventuais e efêmeras, expondo fragmentacidade, historicidade, pluralidade e mostrando-se instáveis (ANGELIN, 2014, p.1572-1573). Elas são construídas por meio de processos e procedimentos históricos conscientes e também inconscientes, que as moldam inconclusas, em constante mutação, conforme pondera Hall:

Assim, a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconsistentes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo “imaginário” ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre “em processo”, sempre “sendo transformada”. [...] assim, em vez de falar da identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar em identificação, e vê-la como um processo em andamento. A identidade surge não tanto pela plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de uma falta de inteireza que é “preenchida” a partir de nosso exterior, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por outros (HALL, 2005, p. 39).

O que se denota da história da humanidade nos últimos períodos, é uma intenção não ingênua de fixação das identidades masculinas/femininas, de forma e modo duradouro, com justificativas volvidas em fatores de diferenciação natural entre os homens e as mulheres. Tal tentativa, porém, tem sido constantemente afetada por situações de resistência, demonstrando as possibilidades de modificação das experiências e dos significados delas, alterando deste modo, a cultura as identidades e seu reconhecimento (ANGELIN, 2014, p. 1573). Por isso, surge a necessidade de desnaturalizar padrões culturais e identitários que foram construídos sob opressão e cultura masculina.

O filósofo italiano Roberto Espósito, através dos seus estudos, a partir de Foucault, remonta a segunda modernidade, em que vem determinar-se as dinâmicas políticas e a vida humana, entendida em sua condição especificamente biológica (compreendida também por mulheres). Naturalmente, pode-se observar que a política teve relação com a vida: a vida no sentido biológico, constituindo um marco material em que a política, necessariamente se inscreve (ESPOSITO, 2009, p. 126). Segundo Michel Foucault,

[...] o interesse a cujo princípio a razão governamental deve obedecer são interesses individuais e coletivos, a utilidade social e o benefício econômico, entre o equilíbrio do mercado e o regime do poder público, é um jogo complexo entre direitos fundamentais e independência dos governados. O governo, em todo caso o governo nessa nova razão governamental, é algo que manipula interesses³ (FOUCAULT, 2008, p. 61).

Assim, como o governo manipula os interesses, também manipula-se o interesse sobre os corpos das mulheres, pelos homens, sendo que ao lado da biopolítica, situa-se também o controle social, pois a biopolítica é uma forma de controle dos interesses. Na seara de disciplinar os corpos, seguindo o viés do conceito de biopolítica defendido por Giorgio Agamben, é possível interpretar uma política da vida e sobre a vida, inclusive adotando-se uma interpretação tanatológica⁴. A biopolítica traz à tona qual vida merece sobreviver, e qual não merece o mesmo destino. Traçando um paralelo com a situação de dominação masculina sobre as mulheres, os ensinamentos de Agamben poderá que, as mulheres representam uma vida nua, que ele denomina de *zoé*, sobre a qual a cultura patriarcal vai esculpindo sua dominação (AGAMBEN, 2002, p. 16).

O controle social sobre os corpos das mulheres tem uma história interessante de esteriotipação, que nem sempre foi nos moldes que se conhecem hoje. Estudos da escritora austríaca, Riane Eisler, apresentam indícios que no início da humanidade, mais precisamente, nos períodos paleolítico e neolítico, a figura da mulher era tida como uma deusa. Indícios apontam que seu corpo detinha a conotação de receptáculo mágico: “Devem ter observado como sangra de acordo com a lua e como miraculosamente produz gente. Também devem ter-se maravilhado com o fato de ele prover alimento, produzindo leite” (EISLER, 2007, p. 39-40). Nesse sentido, a fim de demonstrar a flexibilidade das identidades e, as diversidades de

³ Conforme Michel Foucault, “[...] os interesses são, no fundo, aquilo por intermédio do que o governo pode agir sobre todas as coisas que são, para ele, os indivíduos, os atos, as palavras, as riquezas, os recursos, a propriedade, os direitos, etc” (FOUCAULT, 2008, p. 61).

⁴ Tanatologia como ideia de higienização ver em Giorgio Agamben, em suas obras *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua*, p. 09-20 e *Estado de Exceção*, p. 09-20.

identidades das mulheres, Angelin analisa a mitologia celta e, como a figura feminina deixou de ser idolatrada, em prol de um deus masculino:

Na mitologia celta, as mulheres eram invulneráveis, inteligentes, poderosas, guerreiras e líderes de nações. As mulheres também foram os primeiros seres humanos a descobrir os ciclos da natureza, pois era possível compará-los com o ciclo do próprio corpo. Com o cristianismo, a sociedade ocidental afastou-se destas origens pagãs de contato com a natureza e a mulher perdeu seu destaque, já que o Deus cultuado passou a ser masculino. A única figura feminina sagrada preservada foi a de Maria, mas não como uma divindade, e sim como uma intermediária de Deus, uma coadjuvante (ANGELIN, 2014, p. 1573).

Na passagem descrita por Angelin, observa-se como a deusa passou a ser o deus da adoração do feminino para a adoração de uma figura masculina, perspectiva que vai de encontro as teorias defendidas por Rosemary R. Ruether, para a qual a religião da Deusa foi substituída pela adoração a um deus masculino e monoteísta, que mais tarde serviria de base para a cultura judaico-cristã. Constata-se, então, que a partir disso, a sociedade começou a se organizar cada vez mais de forma hierárquica, autoritária e masculina e o início da opressão feminina (RUETHER, 1993, p. 50-51).

Na história mais recente, não se pode olvidar a estereotipação das mulheres como figuras perigosas, pecadoras e, ao mesmo tempo, que devem estar sob o domínio dos homens. Um fato a ser memorado é a Caça às Bruxas⁵, configuração histórica da Idade Média, onde os poderes dominantes do Estado e da Igreja estiveram atuantes na Inquisição. Com o declínio, nos séculos XV e XVI, o teocentrismo cede espaço ao antropocentrismo. Desvinculam-se cada vez mais da teologia cristã: a arte, ciência e filosofia, o que direciona para a instabilidade e descentralização do poder religioso. Com o intuito da Igreja Católica de reestabelecer sua hegemonia, sob a ideologia patriarcal, neste caso, representada pela trindade (Deus Pai, Filho e Espírito Santo), ela instaura a Contra-Reforma com os Tribunais da Inquisição, legitimando, assim, a caçada às bruxas, em especial contra as mulheres do meio rural. Essa campanha foi realizada, pela Igreja Católica e a Igreja Protestante e, inclusive, pelo próprio Estado, entoando um significado religioso, político e sexual (ANGELIN, 2014, p. 1577).

Em verdade, as nomeadas bruxas eram parteiras, enfermeiras e assistiam aos casos de doenças de suas comunidades. Elas possuíam conhecimentos relacionados ao emprego de plantas e ervas medicinais que curavam enfermidades de pessoas de seu meio comunitário e,

⁵ Acesso ao documentário “O martelo das bruxas”, tradução ao livro “Malleus Maleficarum”, de cunho ideológico escrito por Henirich Krammer, impresso pela primeira vez em 1487. Endossado pela Igreja e pela Universidade de Colônia como forte à sua teoria da perseguição às mulheres que perdurou por duzentos anos (MALEUS MALEFICARUM, 2013).

por tal motivo, portavam um elevado poder social. Elas muitas vezes, eram a única possibilidade de atendimento na área de saúde para pessoas de pouco poder aquisitivo. Eram médicas sem título. Por sua vez, a campanha da Igreja alegava que elas o “[...] símbolos do mal e da violência da natureza, capazes de provocar tempestades, doenças, matar crianças. [...] Por isso, as mulheres desordeiras assim como a natureza em desordem precisavam ser controladas” (GEBARA, 1997, p. 10). Intencionalmente, as mulheres foram colocadas num patamar de estereótipo de perigosas, o que contribuiu para seu reconhecimento social de menosprezo e inferioridade.

Com o período conhecido de Renascença (século XVI) e a Revolução Científica (século XVII), ocorre a dominação da natureza, reduzindo tudo à racionalidade, evidenciando que cabe aos homens a denominação de conhecimento sobre a natureza. Com isso, “A tecnologia científica suscita o sonho de expandir a manipulação da natureza material, transformando porções sempre maiores dela em artefatos de uso humano” (RUETHER, 1993, p. 75), utilizando-se, assim, do capitalismo emergente para domínio e controle, não somente da natureza, mas também das mulheres.

Assim, o estereótipo do que é ser mulher e seu reconhecimento na sociedade é um processo de construção histórica e cultural, advinda de diversas fontes como a identitária, a biopolítica e a tanatológica, da dominação patriarcal enraizada. Após essas breves ponderações, no próximo íterim do presente estudo, adentrar-se-á ao contexto da vida e trabalho das mulheres, em especial, das camponesas.

2 RELAÇÕES DE TRABALHO E PODER NO CAMPO: UM OLHAR PARA O TRABALHO FEMININO

A agricultura, em seu viés originário, é uma criação feminina, ou seja, ela foi uma invenção das mulheres. De acordo com os ensinamentos de Elisabeth Badinter, a mulher por tradição era uma coletora e, com isso, obteve a oportunidade de observar os fenômenos da sementeira e germinação natural das sementes, fazendo com que passasse a reproduzir essa transformação artificialmente, perto de suas moradas (BADINTER, 1986, p. 59-60).

Corroborando com essa tese, a austríaca Riane Eisler, em sua obra *O cálice e a espada: nosso passado, nosso futuro*, reflete sobre diversos mitos religiosos antigos que, explicitamente, atribuem a invenção da agricultura à Deusa. Documentos egípcios, por exemplo, referem-se insistentemente à Deusa Ísis, como inventora da agricultura. Nas tábuas mediterrâneas, a Deusa Ninil é reverenciada por ensinar seu povo a cultivar o solo. Diante dos

estudos, pode-se perceber que “Tanto na arqueologia como na mitologia, há numerosas associações não verbais que ligam a Deusa à agricultura” (EISLER, 2007, p. 121).

Enquanto as mulheres manipulavam práticas de agricultura, os homens se aperceberam que a prática da caça seria insustentável, criando-se desse modo a proteção dos animais para fim de alimentação como fonte de nutrição e assim passam a domesticar os animais (BADINTER, 1986, p. 61-62). Advém com isso que

[...] o homem passa muito mais tempo constituindo seu rebanho e vigiando-o do que propriamente caçando. Se ele decide quanto à alimentação carnívora, esta não tem mais a importância que possuía outrora, quando o clima era frio. Além do mais, se a criação substitui a caça, o prestígio do criador é muito menor do que o do caçador, que arriscava constantemente sua vida (BADINTER, 1986, p. 62).

Na seara apresentada, ambas as tarefas se complementam e são respeitadas, portanto “[...] o valor atribuído a cada uma delas não é mais igual” e, ainda quanto maior é o afastamento do período dos caçadores, mais próxima se torna a agricultura e “[...] mais impressionante vai ficando o poder feminino” (BADINTER, 1986, p. 62). No entanto, além de uma participação maior na agricultura, os homens passam a dominar a agricultura, após a noção de excedente da produção que se transforma em renda. Importa ressaltar que, “[...] antes mesmo que o uso desse arado se tivesse expandido, é muito possível que homens e mulheres tenham partilhado suas tarefas agrícolas. Para ele o trabalho extenuante do desbravamento, para ela o da semeadura, menos cansativo, e para os dois a tarefa de ceifar (BADINTER, 1986, p. 74).

A partir do domínio do arado puxado por bois, passou-se a economia de esforços e cria-se a possibilidade de semeadura em maiores proporções de terra, momento em que a agricultura tornou-se “do domínio dos homens”, transformando em sua propriedade exclusiva. Para a mulher apenas restou a semeadura e o cuidado do jardim (BADINTER, 1986, p. 74). O cenário de dominação no campo pelo homem continua se fazendo presente nas práticas e relações de agricultura de hoje, denotando uma relação de desigualdade entre homens e mulheres, baseada no poder, sendo que a

[...] perspectiva de gênero no estudo das relações sociais do mundo rural trata da emergência de uma forma mais consistente de analisar os papéis sociais das mulheres e homens na sociedade, apreendendo as desigualdades e desenvolvendo como um de seus componentes analíticos centrais a assimetria de poder. É necessário ampliar o conceito de gênero para além da percepção de que este seja apenas a consideração dos papéis socialmente atribuídos as mulheres e homens. É preciso uma abordagem transversal e multidisciplinar, que desenhe um quadro geral do papel feminino na sociedade e no caso particular do meio rural (MELO; DI SABBATO, 2009, p. 34).

Para os autores, acima, o uso do termo de divisão sexual do trabalho pode gerar uma subestimação de atividades realizadas por mulheres no âmbito familiar, o que contribui para um viés da invisibilidade do trabalho das mulheres. Portanto, é necessário ir mais adiante, já introduzindo a questão da classe, gênero, dos direitos de propriedade, do acesso à terra, da distribuição do poder na sociedade (MELO; DI SABBATO, 2009, p. 34). Para Durkheim, “A divisão do trabalho pressupõe que o trabalhador, longe de permanecer debruçado sobre sua tarefa, não perca de vista seus colaboradores, aja sobre eles e deles receba influência”, bastando que compreenda “[...] que suas ações têm uma finalidade além de si mesmas” (DURKHEIM, 2016, p. 340). A partir dos ensinamentos de Durkheim, percebe-se a situação engessada na lida diária camponesa, na qual também compreende a divisão social do trabalho no campo, entre homens e mulheres, tarefas essas desiguais em reconhecimento. As desigualdades geradas pela divisão social do trabalho não denotam a falta de regras, mas sim, sua existência e uma clara relação de poder:

Entretanto, não basta haver regras, pois às vezes, são precisamente essas regras a causa do mal. É o que ocorre nas guerras de classes. A instituição das classes ou as castas constitui uma organização da divisão do trabalho e é uma organização estritamente regulamentada; contudo é com frequência uma fonte de dissensões. As classes inferiores, não estando ou deixando de estar satisfeitas com o papel que lhes é destinado pelo costume ou pela lei, aspiram as funções que lhes são vedadas e buscam desapropriar delas aqueles que as exercem. Daí as guerras intestinas devidas à maneira como o trabalho é distribuído” (DURKHEIM, 2016, p. 341).

As atividades na agropecuária refletem na vida social e observa-se que, no ambiente rural, ainda resta uma forte presença da família nuclear patriarcal (pai, mãe e filhos), com uma discreta, porém crescente, participação feminina como chefe de família, conforme apontam Melo e Di Sabbato: “No entanto, ainda permanece a tradição patriarcal na constituição da família rural: embora lentamente nesse mundo também apareçam sinais de mudanças, como ligeiro aumento de chefia feminina nos lares rurais” (MELO; DI SABBATO, 2009, p. 57).

Embora as mulheres que vivem no meio urbano e no meio rural sejam oprimidas pelo patriarcado, o trabalho tem um significado diferente para elas e, conseqüentemente, sobre suas identidades e sobre o espaço de poder que ocupam na sociedade, conforme segue:

[...] as trabalhadoras industriais talvez sejam mais autônomas economicamente do que as ocupadas no setor de serviços, atividades heterogêneas e com pouca organização sindical e, numa **situação econômica ainda mais inferior temos as trabalhadoras rurais**: embora também apresentem uma chefia familiar crescente,

essa **taxa de participação é distante** da encontrada para as atividades de serviço (MELO; DI SABBATO, 2009, p. 57, grifo da autora).

No cotidiano das mulheres no meio rural, na ótica de Fischer, elas estão em duas pontas do processo da cadeia de produção alimentar, bem como transformando os produtos no alimento. A sistemática abrange as atividades da lavoura e da casa, configurados como o espaço público e privado. São interdependentes e a constante transitoriedade entre os dois meios é inscrita numa relação: dominação/subordinação. Para a mesma autora, “O âmbito privado apresenta-se um sustentáculo do espaço público, legitimado como lugar de supremacia masculina” (FISCHER, 2006, p. 193). Pode-se afirmar, nesse sentido, que o trabalho é o organizador da vida social na esfera rural e, também “É possível dizer que, no conjunto, existe uma certa articulação entre as diferentes atividades, entretanto o *continuum* de espaço de trabalho é realidade para as mulheres, uma vez que são elas que realizam as tarefas domésticas (SILVA; PORTELLA, 2006, p.142). Em relação ao âmbito público e privado das mulheres camponesas, Fischer ainda elucida:

A condição da mulher no meio rural se constitui numa configuração muito peculiar dos espaços público e privado de produção e reprodução, em que um diz respeito à produção de bens materiais, e o outro, à reprodução de indivíduos sociais. **Na divisão social do trabalho, cabe ao homem o exercício da produção, da mesma forma que concerne à mulher o da reprodução** (FISCHER, 2006, p. 193, grifo da autora).

O homem, portanto, tem se construído como a figura pública de representação daquele núcleo familiar trabalhador e, como chefe da família, é também chefe dos demais, sendo declarado *naturalmente* o detentor dos recursos financeiros advindos da produção, tendo o poder de decisão sobre o uso dos mesmos e a distribuição entre o núcleo (se esta ocorrer) (SILVA; PORTELLA, 2006, p. 141-142).

A centralidade da figura masculina na família estende-se de modo ‘natural’ para a esfera da produção, ficando em suas mãos o poder de decidir e organizar o trabalho, bem como o de fazer a ligação entre a unidade familiar e o ambiente externo pela comercialização dos produtos e pela aquisição no mercado de bens não produzidos pela família (SILVA; PORTELLA, 2006, p. 142).

Ao que tange o perfil da mulher camponesa, elas têm importante papel na agricultura familiar, sendo elas responsáveis, em ampla parcela pela produção de alimentos com destino ao autoconsumo familiar, por práticas de agroecológica e na reprodução de diversas sementes denominadas de crioulas, garantindo uma maior qualidade de vida para a família e o seio

social comunitário, bem como a um manejo ambiental mais apropriado às pequenas unidades produção familiares. Elas são mais de 14 milhões de mulheres no meio rural, o que representa, aproximadamente, 48% da população destas áreas rurais (BRASIL, MDA, p. 02, s.a). Alguns dados importantes seguem abaixo, tabelados (BRASIL, MDA, p. 03, s.a):

INFORMAÇÃO	FONTE/ANO
24,8% das mulheres são responsáveis por famílias (únicas ou conviventes).	(Censo, 2010)
34,1% das mulheres com 16 anos ou mais que não possuem rendimento estão no meio rural.	(Censo, 2010)
A razão entre o rendimento médio das mulheres ocupadas em relação ao dos homens ocupados no meio rural é 72,7%.	(Censo, 2010)
Mulheres rurais contribuem com 42,4% do rendimento familiar.	(Censo, 2010)
12,68% dos estabelecimentos têm como responsáveis as mulheres.	(Censo Agro, 2006)
16% dos estabelecimentos da Agricultura Familiar têm como responsáveis as mulheres.	(Censo Agro, 2006)

Fischer crítica que, “Mesmo assim, a miopia tem se mostrado patente até mesmo nos locais onde só se pratica esse tipo de agricultura” (FISCHER], 2006, p. 96). Para a escritora Maura Penna,

O trabalho da mulher rural não tem correspondência com o reconhecimento de sua condição feminina ou de sua resistência física. A técnica e a experiência são capazes de superar a força muscular. O problema da divisão sexual do trabalho encontra-se nas regras masculinas que prevalecem na sociedade, discriminando a mulher (PENNA, 1992, s.p).

O papel de labuta das mulheres na lavoura tem sido excluído da possibilidade de ser valorado monetariamente. O denominado trabalho (in)visível feminino no campo, de produção de alimentos para consumo, determina a segurança alimentar para muitas famílias, que inclusive chega a compor até 80% da produção para consumo próprio (autoconsumo) em diversos países (FISCHER, 2006, p. 96), permanecendo, na maioria das vezes, invisível.

A submissão das mulheres camponesas e seu local de sub reconhecimento, através desta divisão sexual e social do trabalho, foi uma das tônicas que fez emergir os movimentos de mulheres camponesas que buscam melhores condições de trabalho e reconhecimento na esfera rural e direitos de cidadania.

Através de processos de organização em movimentos de mulheres do campo, que se contrapuseram, de várias maneiras, a ordem patriarcal e excludente, em especial, quanto ao reconhecimento como trabalhadoras e os direitos de cidadania correlatos. A história tecida por esses movimentos demonstrou um cenário bastante combativo construído por essas mulheres, através de movimentos de mulheres do campo e, sua primeira conquista foi sair da

invisibilidade como trabalhadoras, em 1988, quando foram reconhecidas juridicamente como trabalhadoras, situação essa positivada na Constituição Federal de 1988. Portanto, merecido é o destaque destas mulheres camponesas, que passaram a articular-se em movimentos sociais, mantendo-se fortes e unidas em prol de suas reivindicações, que, nos últimos períodos tem abrangido fortemente questões ambientais, contra a violência doméstica e intrafamiliar, bem como por melhores condições de vida no campo. Não se pode negar que os movimentos de mulheres foram o grande impulso de mudanças na estrutura do trabalho feminino na agricultura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo desvelou a naturalização da vida nua das mulheres e do seu espaço na sociedade, em especial das mulheres camponesas, onde as relações de biopoder foram forjando identidades submissas dessas, constituindo-se num desafio constante, a naturalização das identidades femininas, capaz de liberar espaço para vingar novas identidades. É-se em tempo de desmistificar a naturalização de estereótipos dos corpos femininos e de como a cultura masculina foi inscrita nos em corpos das mulheres femininos ao longo da história e, como isso, refletiu na história de vida de todas as mulheres.

Sobre o contexto de vida e trabalho das mulheres camponesas, percebe-se como este manteve-se invisível, não valorizado e não reconhecido pela sociedade e, inclusive, por elas próprias e pelas leis do Estado, diante da naturalização dessa divisão social/sexual do trabalho no campo. O reconhecimento do trabalho das mulheres camponesas no ambiente do trabalho rural é recentemente, e se deu a partir da organização, das lutas e conquistas dos movimentos de mulheres camponesas. Fato é que, as camponesas têm sido empoderada por meio dos movimentos de mulheres no campo, provocando, além de uma nova releitura identitária, o reconhecimento jurídico pelo Estado, bem como seu reconhecimento social e familiar, ou seja, está deixando para o passado a condição *zoé*.

É possível observar-se que é intensa a necessidade de continuidade de desnaturalização dos estereótipos, pois a carga cultural patriarcal é impregnada e, em muitos casos, perpassa de geração em geração, criando-se a necessidade perene de desconstrução do mesmo e para que não ocorra a sobrecarga de trabalho das mulheres camponesas e, para que também sintam-se livres das amarras do sistema patriarcal. Mister é a institucionalização de regras jurídicas e políticas para o amparo no reconhecimento da mulher camponesa e a

redistribuição de renda, ensejando, inclusive, a reorganização da divisão do trabalho familiar, em especial o trabalho doméstico, ainda invisível.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer: o poder soberano da vida nua*. 1. Trad. Henrique Burigo. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. Trad. Iraci D. Poleti. Título original: "Estate di eccezione". São Paulo: Boitempo, 2004.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. *O que é feminismo*. São Paulo: Brasiliense, 2003.

ANGELIN, Rosângela. Mulheres, ecofeminismo e desenvolvimento sustentável diante das perspectivas de redistribuição e reconhecimento de gênero. Estamos preparados?. *Revista Eletrônica Direito e Política*, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v.9, n.3, 3º quadrimestre de 2014. Disponível em: <siaiap32.univali.br/seer/index.php/rdp/article/viewFile/6751/3848 >. Acesso em: 17 Jul. de 2017. p. 1569-1597.

BANDINTER, Elisabeth. *Um é o outro*. Relações entre homens e mulheres. Trad. Carlota Gomes. Título original: "L'U UM est l'autre". Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

BEAUVOIR, Simone. *Das andere Geschlecht. Sitte und Sexus der Frau*. Hamburg: Rowohlt, 1968.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Estatísticas de Gênero - Indicadores sociais das mulheres no Brasil*. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf>. Acesso em: 11 Abr. 2018.

BRASIL. *Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)*. Políticas públicas para mulheres rurais no Brasil. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/POLITICAS_PUBLICAS_PARA_MULHERES_RURAIIS_NO_BRASIL.pdf>. Acesso em: 14 Jul. 2017.

DURKHEIM, Émile. *Da divisão do trabalho social*. Trad. Andrea Sathel M. da Silva. Título original: "De la division do travail social". São Paulo: EDIPRO, 2016.

EISLER, Riane. *O cálice e a espada: nosso passado, nosso futuro*. Trad. de Ana Luiza Dantas Borges, Rocco. Rio de Janeiro, 2007.

ESPOSITO, Roberto. *Comunidad, inmunidad y biopolítica*. Título Original: "Termini dela politica. Comunità, immunità, biopolitica". Trad. Alicia García Ruiz. España: Herder, 2009.

FISCHER, Izaura R. “Relações de gênero na agricultura familiar no acampamento de Sem Terra do Engenho Prado”. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide [Orgs.]. *Agricultura familiar: práticas, movimentos e políticas públicas*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Organização, introdução e Revisão Técnica: Roberto Machado, 30. Reimpressão, Rio de Janeiro, Edições Graal, 2012.

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica: curso dado no College de France (1978-1979)*; Título original: “*Naissance de la biopolitique*”; edição estabelecida por Michel Senellart; sob a direção de François Ewald e Alessandro Fontana; Trad. Eduardo Brandão; Rev. da trad. Claudia Berlinex. Coleção Tópicos. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRASER, Nancy. *Redistribuição, Reconhecimento e Participação: Por uma Concepção Integrada da Justiça*. In: SARMENTO, Daniel; IKAWA, Daniela;

FRASER, Nancy. “¿De la redistribución al reconocimiento? Dilemas de la justicia en la era «postsocialista»”. In: Nancy Fraser, María Antonia Carbonero Gamundí, Joaquín Valdivielso [Coords.]. *Dilemas de la justicia en el siglo XXI: género y globalización*. 2011, p. 217-254. Disponível em: < <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3831908>>. Acesso em: 14 Jul. 2017.

GEBARA, Ivone. *Teologia Ecofeminista*. São Paulo: Editora Olho d’Água, 1997.

HALL, Stuart. *A identidade Cultural na pós-modernidade*. Tradução: Thomaz Tadeu da Silva; Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2005.

MALEUS MALIFICARUM – O Martelo das Bruxas (Documentário). Disponível em: <https://youtube.com/watch?v=Bt1NddkM_UE&&>. Acesso em: 16 Jul. 2017.

MELO, Hildete Pereira de; DI SABBATO, Alberto. “Trabalho feminino no meio rural: invisibilidade e lutas pelo direito à terra”. In: BUTTO, Andrea [Orgs.]. *Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres*. Brasília: MDA, 2009.

PENNA, Maura. *O que faz ser nordestino: identidades sociais, interesses e o escândalo Erundina*. São Paulo: Cortez, 1992.

RUETHER, Rosemary R. *Sexismo e Religião: rumo a uma teologia feminina*. São Leopoldo: Sinodal/IEPG, 1993.

SILVA, Carmen; PORTELLA, Ana Paula. “Divisão sexual do trabalho em áreas rurais no Nordeste brasileiro”. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide [Orgs.]. *Agricultura familiar: práticas, movimentos e políticas públicas*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006.

STROHER, Marga J. *Corpos, poderes e saberes nas primeiras comunidades cristãs: uma aproximação a partir das ‘Cartas Pastorais’*. In: STRÓHER, Marga J.; DEIFELT, Wanda; MUSSKOPF, André S. [Orgs.]. *À flor da pele: Ensaio sobre gênero e corporeidade*. 2. ed., São Leopoldo-RS, Sinodal; CEBI, 2006, p. 107.